

## EDITAL N.º I/203708/16/CMP

Maria do Rosário Pedreira, Chefe de Divisão Municipal de Fiscalização Geral e de Atividade Comercial, torna público que, por despacho da Senhora Diretora de Departamento Municipal de Fiscalização, Cristina Maria Alves Douteiro, proferido no uso da competência delegada pela Ordem de Serviço n.º I/196361/13/CMP, de acordo com o disposto no Artigo H/9.º do Código Regulamentar do Município do Porto e conforme consta da informação I/173452/16/CMP, foi proferido despacho no sentido de determinar a regularização ou remoção do facto, publicidade em propriedade pública (jardim), colocado na Avenida D. Carlos I (frente ao Castelo da Foz), uma vez que se encontra em violação do disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo A-2/1º e no n.º 1 e 2 do artigo D-1/2º do Código Regulamentar do Município do Porto.


Assim, fica o infrator notificado de que:

- a) Dispõe do prazo de cinco dias úteis para proceder à remoção voluntária do referido facto;
- b) Em alternativa e no mesmo prazo, poderá iniciar o competente procedimento com vista à sua eventual regularização;
- c) Se o facto não for removido voluntariamente ou regularizado, a remoção será realizada coercivamente por este Município, sendo imputadas ao infrator todas as despesas realizadas.

Para constar se lavrou o presente edital cujo conteúdo vai ser publicado no sítio institucional desta Autarquia e afixado no Gabinete do Município e no local do facto (artigo 112º, n.º 3, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de Janeiro).

Porto, 06 de julho de 2016.

A Chefe de Divisão Municipal de Fiscalização Geral e de Atividade Comercial



(Maria do Rosário Pedreira)